



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



OFÍCIO

Nº 8/SEMPOG - DPLO/2026

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 26 de janeiro de 2026.

Ao Exmo. Senhor
Valmíro Gomes da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO.
NESTE.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Ordinária nº. 2426/2026

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei Ordinária que “DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026, RECURSO TC 9626002024/FNDE-CAIXA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”, matéria orçamentária, para apreciação, análise e votação dos Nobres Edis desta Egrégia Casa de Leis, com a urgência que o caso requer.

Diante do exposto, informo que o projeto em epígrafe trata-se de saldo de repasse financeiro no valor de R\$ 12.928.825,30 (doze milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais, trinta centavos), proveniente de recurso referente a Modalidade Programa do FNDE – PAC 2024 - TERMO DE COMPROMISSO Nº 962600/2024/FNDE/CAIXA – Seleção PAC Nº 26298003507/2023 – Processo Interno nº 23034020140202498 objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA EM ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO (TIPOLOGIA PROJETO PRÓPRIO - ESCOLA TEMPO INTEGRAL , visando a execução do objeto pactuado de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Atenciosamente,

Denair Pedro da Silva
Prefeito Municipal

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DENAIR PEDRO DA SILVA - PREFEITO**, CPF: 815.92*.*2*8 em 26/01/2026 11:46:51, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11K5.0646.3514.967V.0732, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FA4.F85** - Tipo de Documento: **OFÍCIO - Nº 8/SEMPOG - DPLO/2026**

Elaborado por **REGINA CELIA SCARPATI**, CPF: 022.76*.*7-*9 , em 26/01/2026 11:44:02, contendo 200 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1182.2844.802R.R58A.2507



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





PROJETO DE LEI

Nº 2.426/2026

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 26 de janeiro de 2026.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026, RECURSO TC 9626002024/FNDE-CAIXA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente lei.

LEI

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo abrir *crédito adicional especial no orçamento programa de 2026*, no valor de R\$ 12.928.825,30 (doze milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais, trinta centavos), por Excesso de Arrecadação, provenientes de recurso de repasse do TERMO DE COMPROMISSO Nº 962600/2024/FNDE/CAIXA, conforme se discrimina:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Unidade Orçamentária: 02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 22 - INFRAESTRUTURA- ESCOLAS MUNICIPAIS

Função/Sub função: 12.361 - Educação / Ensino Fundamental

Ação: **1.XXX - TC 962600/2024/FNDE/CAIXA ETI FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA**

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Destinação do Recurso: 1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSF. DE REC. DO FNDE

VALOR DO CRÉDITO R\$: 12.928.825,30

Art. 2º. Para cobertura do crédito no art. 1º fica vinculado recurso referente a Modalidade Programa do FNDE – PAC 2024 - TERMO DE COMPROMISSO Nº 962600/2024/FNDE/CAIXA – Seleção PAC Nº 26298003507/2023 – Processo Interno nº 23034020140202498 objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA EM ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO (TIPOLOGIA PROJETO PRÓPRIO - ESCOLA TEMPO INTEGRAL, se faz necessário inserir no orçamento programa de 2026, conforme se discrimina:

I - CRÉDITO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Categ. Econ.: 2.4.1.2.50.9.1.01.00.00 - TC 962600/2024/FNDE/CAIXA ETI FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA

Fonte de Recurso: 1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSF. DE REC. DO FNDE

CONTA VINCULADA: Agencia nº 3432-0/ Conta nº 5741798795 / CAIXA

VALOR R\$ 12.928.825,30 (doze milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais, trinta centavos).

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2026, Lei nº 2180, de 30 de dezembro de 2025, e será aberto por Decreto do Executivo, conforme estabelece o Artigo 41, c/c 46 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

Denair Pedro da Silva
Prefeito Municipal





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DENAIR PEDRO DA SILVA - PREFEITO**, CPF: 815.92*.*2-*8 em **26/01/2026 11:41:03**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11E0.4441.103W.836U.0681**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FA4.B87** - Tipo de Documento: **PROJETO DE LEI - Nº 2.426/2026**

Elaborado por **REGINA CELIA SCARPATI**, CPF: 022.76*.*7-*9 , em **26/01/2026 11:36:32**, contendo 397 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: **11X2.5836.432R.E16X.7038**

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



MEMORANDO

Nº 9/SEMPOG/2026

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 20 de janeiro de 2026.

Da: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: Solicita a confecção de Projeto de Lei de abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimenta-lo, sirvo-me do presente, para solicitar a confecção de Projeto de Lei de abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, *no valor global de R\$ R\$ 12.928.825,30* (doze milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais, trinta centavos), por Excesso de Arrecadação, provenientes de recurso de repasse financeiro referente a Modalidade Programa do FNDE – PAC 2024 - TERMO DE COMPROMISSO Nº 962600/2024/FNDE/CAIXA – Seleção PAC Nº 26298003507/2023 – Processo Interno nº 23034020140202498 objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA EM ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO (TIPOLOGIA PROJETO PRÓPRIO - ESCOLA TEMPO INTEGRAL, como segue;

CONCEDENTE: Governo Federal, através da FNDE;

Processo Interno nº 23034020140202498;

CONVENENTE/BENEFICIÁRIO: 84.744.994/0001-40 - Município de Alto Alegre dos Parecis/RO;

PROPOSTA: 004094/2024 – Transfere.gov;

BANCO: 104- CAIXA ECONOMICA FEDERAL, Agencia: 3432-0, Conta: 5741798795, Conta Ativa. Modalidade OBT - Investimento Capital

VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 12.928.825,30 (doze milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais, trinta centavos);

RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA: R\$ 00,00;

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 meses - 04/07/2024 a 04/07/2027;

DATA DO REPASSE: Repasse somente após execução de 15% da obra;

OBJETO: Com a construção da nova escola em tempo integral, almejamos solucionar a problemática de falta de infraestrutura educacional, garantir o ensino integral as crianças e adolescentes no Município do ensino fundamental, trazer mais conforto e comodidade aos educandos, elevar os índices do IDEB e principalmente melhorar a qualidade do ensino na rede municipal de educação.

Informo que a abertura do Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2026, com inclusão de rubricas e novas ações no PPA, LDO e LOA, e alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, no valor global R\$ 12.928.825,30 (doze milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais, trinta centavos), conforme se especifica:

Especificação		D.R.	Valor R\$
Entidade	02.00.00	PODER EXECUTIVO	
Unidade	02.003	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Func. Prog.	XXXXXXXXXX	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA EM ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO (TIPOLOGIA PROJETO PRÓPRIO - ESCOLA TEMPO INTEGRAL)	
Categ. Econ.	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	1.570.0000.000 R\$ 12.928.825,30
VALOR DO CRÉDITO.		R\$	R\$ 12.928.825,30

Informa-se que no momento não será necessário a previsão da contrapartida, a mesma será prevista a posterior ao resultado do processo licitatório, onde o ente realizará somente o valor complementar caso seja necessário para empenho e contratação do empreendimento. **Informa-se ainda que o mesmo tem prazo final para realização da licitação até o dia 20/02/2026 para publicação do edital, levando em consideração prazo necessário para a formalização do processo e elaboração do edital e fundamental agilizar a inserção no orçamento vigente.**





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



Segue em anexo a documentação necessária para os procedimentos cabíveis anexo:
1-PLANO DE TRABALHO PROPOSTA Nº 004094/2024 – Transfere.gov;
2-TERMO DE COMPROMISSO Nº 962600/2024/FNDE/CAIXA;
3-PARECER DA GIGOV DE 10/12/2025;
4-EXTRATO ZERADO DA CONTA DE 20-01-2026;

No ensejo, solicito que, após ter sido inserido no orçamento vigente, se de ciência a Unidade Orçamentária responsável, para que a mesma possa dar continuidade aos procedimentos que se faz necessário para a execução do objeto.

Limitamos ao exposto.

Atenciosamente.

Fabiane Grisoste da Cruz

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
Portaria nº 48/2025_08.01.

Autorizado por:

Denair Pedro da Silva
Prefeito de Alto Alegre dos Parecis-RO

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DENAIR PEDRO DA SILVA - PREFEITO, CPF: 815.92*.*2-*8** em **20/01/2026 10:18:13**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10Z1.3418.6134.H107.3871**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **FABIANE GRISOSTE DA CRUZ, CPF: 994.62*.*2-*7** em **20/01/2026 10:15:27**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1062.6915.0274.625X.1110**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.F7F.AEC** - Tipo de Documento: **MEMORANDO - Nº 9/SEMPG/2026**.

Elaborado por **FABIANE GRISOSTE DA CRUZ, CPF: 994.62*.*2-*7**, em **20/01/2026 10:15:27**, contendo 581 palavras.



Código de Autenticidade deste Documento: **1040.0H15.127W.R28X.8187**

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





Nº / ANO DA PROPOSTA:

004094/2024

NÚMERO DA PROPOSTA NOVO PAC - SELEÇÃO:

26298003507/2023

OBJETO:

Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:

O objetivo é a construção de Escola - Tempo Integral (Ensino Fundamental), projeto próprio, avançando no cumprimento das metas do PNE/PME. Com a nova escola será possível o reordenamento de 734 alunos das Escola Educandário Paulo Freire e Severino Batista, dos Bairros Centro, Jardim América, Boa Vista e Jardim das Palmeiras. Através do Novo PAC reafirmamos o compromisso com a Educação em Tempo Integral e a Alfabetização na Idade Certa, com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

Com a instituição do ensino integral visamos oportunizar o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser. Com os quatro pilares da educação difundidos poderemos garantir a funcionalidade de uma educação com qualidade em sintonia com as diretrizes do programa do PAC e das ações programadas com as propostas de melhorias das políticas-pedagógicas nacionais.

PÚBLICO ALVO:

A construção da nova escola em tempo integral irá beneficiar 734 alunos, reordenados das Escola Educandário Paulo Freire e Severino Batista, das séries iniciais (1^a a 4^a ano) a séries finais (5^º a 9^º ano), em turno integral, conforme o planejamento escolar da SEMEC e PME do Município. O terreno escolhido para a nova escola está na sede do Município na Avenida Papa Pio XII com Avenida Presidente Médici S/N no Bairro Boa Vista.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:

Alto Alegre não tem escola com estrutura adequada, com as unidades existentes e precárias, algumas crianças e adolescentes ficam desassistidos, prejudicando a qualidade do ensino, prejudica a frequência na escola, o intuito do projeto é poder melhorar as condições de acesso à escola, melhorando a infraestrutura para que possamos reordenar os 734 alunos da Escola Educandário Paulo Freire e Severino Batista [dados da escrituração municipal] e ainda poder ofertar a ampliação de vagas.

RESULTADOS ESPERADOS:

Com a construção da nova escola em tempo integral, almejamos solucionar a problemática de falta de infraestrutura educacional, garantir o ensino integral as crianças e adolescentes no Município do ensino fundamental, trazer mais conforto e comodidade aos educandos, elevar os índices do IDEB e principalmente melhorar a qualidade do ensino na rede municipal de educação.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE: 26298	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
CPF DO RESPONSÁVEL: 766.618.903-63	NOME DO RESPONSÁVEL: FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBABYBA
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: SBS, Quadra 02, Bloco "F" - Brasília/DF	CEP DO RESPONSÁVEL: 70070-929

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROONENTE: 84.744.994/0001-40					
RAZÃO SOCIAL DO PROONENTE: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROONENTE: AVENIDA AFONSO PENA, S/N					
CIDADE: ALTO ALEGRE DOS PARECIS	UF: RO	CÓDIGO MUNICÍPIO: 0002	CEP: 78994800	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/TELEFONE: 6936431104
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	AGÊNCIA: 3432-0		CONTA CORRENTE: 5741798795		
CPF DO RESPONSÁVEL: 815.926.712-68	NOME DO RESPONSÁVEL: DENAIR PEDRO DA SILVA				CEP DO RESPONSÁVEL: 76952000
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: OUTROS OTR LINHA P 48 KM 5, SN, CHACARA BOA ESPERANCA - ZONA RURAL					

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R\$ 13.059.419,49	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 130.594,19	
VALOR DOS REPASSESS:	Ano	Valor
	2024	R\$ 12.928.825,30
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 130.594,19	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	04/07/2024	
FIM DE VIGÊNCIA:	04/07/2027	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2027	

5 - CADASTRO DE OBRA

IDENTIFICADOR DA OBRA:

37722.11-89

NOME DO PROJETO:

Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).

NATUREZA DA INTERVENÇÃO:

Obra

ESPÉCIE DA INTERVENÇÃO:

Construção

EIXO:

Social

TIPO:

Educação

SUBTIPO:

Educação

Geometrias

Latitude:	-12.13010	Longitude:	-61.85192
Listagem das Justificativas			
Tipo da Justificativa	Justificativa		
Faixa de Fronteira	O Município de Alto Alegre dos Parecis-RO, encontra-se em faixa de Fronteira.		

ESTE PROJETO DE INVESTIMENTO TEM ESTUDO DE VIABILIDADE?

Sim

ESTUDO DE VIABILIDADE:

Outros

ESPECIFICAÇÃO OUTROS:

Estudo de Demanda

POSSUI PLANO NACIONAL DE POLÍTICA?

Sim

PLANO NACIONAL DE POLÍTICA VINCULADO:

Plano Nacional de Educação

HÁ PLANO DE POLÍTICA VINCULADO:

Sim

TIPO DE VÍNCULOS PPA:

Municipal

JUSTIFICATIVA DA VINCULAÇÃO:

Plano Municipal de Educação

QUANTIDADE DE EMPREGOS GERADOS:

18

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

11479

DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População na faixa etária de classe média e baixa, conforme comprvação do IDHM 0.592 [IBGE-2012];

A OBRA FOI MODELADA EM BIM?

Não

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).					
Unidade de Medida: UN	Quantidade: 1.0	Valor:	R\$ 13.059.419,49		
Início Previsto: 04/07/2024	Término Previsto: 04/07/2027	Valor Global:	R\$ 13.059.419,49		
UF: RO	Município: 0002 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS		CEP: 76952-000		
Endereço: Av. Presidente Médici com Avenida Costa e Silva - Bairro Bela Vista - Alto Alegre dos Parecis-RO.					
Etapa/Fase nº: 1					
Especificação: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).					
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 13.059.419,49	Início Previsto: 04/07/2024	Término Previsto: 04/07/2027		

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 1
MÊS DESEMBOLSO: Julho	ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 2
MÊS DESEMBOLSO: Agosto	ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 3
MÊS DESEMBOLSO: Setembro	ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 4
MÊS DESEMBOLSO: Dezembro	ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 5
MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	ANO: 2026
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 6

MÊS DESEMBOLSO: Abril	ANO: 2026
META N°: 1	VALOR DA META: R\$ 1.292.882,50
DESCRIÇÃO: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.292.882,50

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro	ANO: 2024
META N°: 1	VALOR DA META: R\$ 130.594,19
DESCRIÇÃO: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 130.594,19

9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento	NATUREZA DA DESPESA: 449051
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Presidente Médici, com a Avenida Costa e Silva - Bairro Bela Vista	
CEP: 76952-000	UF: RO MUNICÍPIO: 0002 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00 V. UNITÁRIO: R\$ V.TOTAL: R\$
OBSERVAÇÃO:	

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449051	R\$ 13.059.419,49	R\$ 13.059.419,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL: R\$ 13.059.419,49				

11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente

(Representante legal do Órgão ou Entidade)

13 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:

Declaração de Capacidade Técnico Gerencial Ajustada.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:

Declaração de Contrapartida Ajustada.pdf

Documentos Digitalizados do Instrumento

Nome do Arquivo:

Carta Reversal 002 2025.pdf

Termo de Apostilamento ao TC 962.600 PM Alto Alegre dos Parecis.zip

Publicado DOU 05.07.2024.pdf

PM Alto Alegre do Parecis - 962600 - Termo de Compromisso Novo PAC (2).zip



TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE
AÇÕES RELATIVAS AO NOVO PAC

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

TERMO DE COMPROMISSO Nº 962600/2024/FNDE/CAIXA

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE
SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO FUNDO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO,
REPRESENTADO(A) PELA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL, E O(A)
MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO
PARECIS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO
DE AÇÕES RELATIVAS AO OPERACOES
DIVERSAS.**

A UNIÃO, por intermédio do(a) FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, **Gestor(a) do Programa**, com sede em Brasília/DF, no endereço S.B.S. - Quadra 02 - Bloco F Brasília/DF - CEP: 70.070-929, inscrito no CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, doravante denominada **REPASSADOR**, neste ato representado(a) pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, doravante denominada **MANDATÁRIA**, neste ato representada por ROSANE GOMES FERREIRA, Matrícula Funcional nº c092639-3, conforme Procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos Brasília – Distrito Federal, no livro 3579-P, fls. 101 em 29/09/2023 e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PARECIS, com sede em Alto Alegre do Parecis/RO, no endereço Avenida Afonso Pena, 3370, Centro - 76952-000, inscrito no CNPJ/MF nº 84.744.994/0001-40, doravante denominada **RECEBEDOR**, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, Senhor DENAIR PEDRO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 2115 , **FIRMAM**, entre si, o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, com **fundamento e conformidade** com a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, a Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, o Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, a Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, as Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, o Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal, às demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria e mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas.





TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO NOVO PAC

1. OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a execução de “CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA EM ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO (TIPOLOGIA PROJETO PRÓPRIO - ESCOLA TEMPO INTEGRAL).” a ser realizada no município de Alto Alegre do Parecis/RO conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

1.1. O **RECEBEDOR** declara que utilizará o projeto de engenharia na modalidade **Próprio**.

1.2. No caso de Projeto Padronizado, não será permitida alteração da modalidade após a celebração do presente instrumento.

2. DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

() Não () Sim

No caso de “SIM”, informar:

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia, Licença Ambiental, Termo de Referência e Plano de Sustentabilidade.

2.1. O **RECEBEDOR** deverá apresentar as peças documentais, de que trata esta condição, no Transferegov.br, em até 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento.

2.2. A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** da documentação disposta no art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, na data da celebração do presente instrumento ou no prazo estabelecido no item 2.1., bem como à análise favorável pela **MANDATÁRIA** da referida documentação.

2.3. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuênciam que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela **MANDATÁRIA** implicará a:

- a. Extinção do presente Termo de Compromisso independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
- b. Rescisão imediata do presente Termo de Compromisso, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

3. DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho aprovado no **Transferegov.br** e suas alterações, é parte integrante do presente Termo de Compromisso, independente de transcrição.



4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA MANDATÁRIA

- I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. publicar no Diário Oficial da União (DOU), o extrato do Termo de Compromisso, e respectivas alterações, quando houver, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de sua assinatura;
- III. acompanhar e aferir a execução físico-financeira do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
- IV. transferir ao **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** os recursos financeiros para a execução deste Termo de Compromisso, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto no art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de tarifa extraordinária;
- VIII. verificar a realização do procedimento licitatório pelo **RECEBEDOR**, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no **Transferegov.br** que a substitua;
- IX. verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- X. designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XI. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Termo de Compromisso independente de autorização judicial;
- XIII. notificar previamente o **RECEBEDOR** a inscrição como inadimplente no **Transferegov.br**, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no



aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;

- XIV. receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, bem como notificá-lo(a) quando da não apresentação da prestação de contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XV. efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
- XVI. ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XVII. realizar tempestivamente no **Transferegov.br** os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
- XVIII. providenciar, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DO RECEBEDOR

- I. executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Compromisso;
- II. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Compromisso, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do **Transferegov.br**, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
- III. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Termo de Compromisso e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- IV. observar as condições para inscrição em **restos a pagar** estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- V. comprometer-se, nos casos em que couber a **instituição da contribuição de melhoria**, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Termo de Compromisso;
- VI. definir o regime de execução do objeto do Termo de Compromisso, conforme legislação vigente;
- VII. definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:



- a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e
- b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.
- VIII. definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;
- IX. elaborar os anteprojetos, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração e à eficácia do Termo de Compromisso, de acordo com os normativos do programa;
- X. apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- XI. apresentar à **MANDATÁRIA** declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
- XII. garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União;
- XIII. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela **MANDATÁRIA**, pelo **REPASSADOR** ou pelos órgãos de controle;
- XIV. garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
- XV. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à **MANDATÁRIA** e ao **REPASSADOR** sempre que houver alterações;
- XVI. realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
- a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
 - a correção dos procedimentos legais;
 - a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
 - a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e



- e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- XVII. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, ou registro no **Transferegov.br** que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações, observado o disposto no inciso IV, do art. 62 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- XVIII. exercer a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
- XIX. realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;
- XX. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Compromisso, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XXI. no caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXII. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Compromisso, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXIII. prestar contas dos recursos transferidos pelo **REPASSADOR** destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Termo de Compromisso;
- XXIV. fornecer à **MANDATÁRIA** e ao **REPASSADOR**:
- Bimestralmente, **relatório com as informações necessárias** ao acompanhamento e avaliação do processo, observando o modelo de relatório disponibilizado pelo **REPASSADOR** ou pela **MANDATÁRIA**; ou
 - A qualquer tempo, quando solicitado pelo REPASSADOR OU MANDATÁRIA**, fornecer informações sobre as ações desenvolvidas e/ou específicas para atender à demanda superveniente;
- XXV. prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto pactuado;
- XXVI. prever no edital de licitação a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais para setores específicos definidos em ato do Poder Executivo Federal, quando aplicável, observadas as disposições do art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e do Decreto nº 11.889, de 22 de janeiro de 2024;
- XXVII. realizar tempestivamente no **Transferegov.br** os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Termo de Compromisso e registrar no **Transferegov.br** os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;



- XXVIII. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Termo de Compromisso, comunicando tal fato à **MANDATÁRIA** e ao **REPASSADOR**;
- XXIX. registrar no **Transferegov.br** o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;
- XXX. indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXXI. afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a atualizada e em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;
- XXXII. incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o *QR Code* do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo **Transferegov.br**, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia;
- XXXIII. dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;
- XXXIV. obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;
- XXXV. compatibilizar o objeto do Termo de Compromisso com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXXVI. cumprir as normas do Decreto nº 7.983, de 2013, nas licitações realizadas por estados, Distrito Federal e municípios, voltadas à execução de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à **MANDATÁRIA** declaração firmada pelo representante legal do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXXVII. iniciar o procedimento licitatório em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, desde que motivado pelo **RECEBEDOR** e aceito pela **MANDATÁRIA**, contados:
- da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou
 - do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.
- XXXVIII. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário



servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

- XXXIX. registrar no **Transferegov.br** as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;
- XL. inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:
 - a) permita o livre acesso dos servidores do **REPASSADOR** e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da **MANDATÁRIA**, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;
 - b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no **Transferegov.br**; e
 - c) disponibilize, imagens de satélite, fotos georreferenciadas obtidas pelos aplicativos, mapas, aerolevantamentos com drones ou outros meios tecnológicos disponíveis, quando solicitado pela **MANDATÁRIA** ou **REPASSADOR** para atendimento à demanda de informação superveniente.
- XLI. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XLII. consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XLIII. consultar no Cadastro Nacional de Condenações Civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XLIV. apresentar à **MANDATÁRIA** relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Termo de Compromisso, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023;
- XLV. verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia;
- XLVI. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Termo de Compromisso prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;



TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE
AÇÕES RELATIVAS AO NOVO PAC

- XLVII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Termo de Compromisso, o nome e a logomarca do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da **MANDATÁRIA**, do **REPASSADOR** e do Gestor do Programa, como entes participantes;
- XLVIII. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** deverá comunicar expressamente à **MANDATÁRIA**:
- a) a data prevista para inauguração quando a execução atingir 80%; e
 - b) no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a medição final realizada pela **MANDATÁRIA**, a confirmação da data e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações e/ou solenidades;
- XLIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Termo de Compromisso, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- L. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- LI. aplicar, no **Transferegov.br**, os recursos creditados na conta vinculada ao Termo de Compromisso em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, e realizar os pagamentos de despesas do Termo de Compromisso também por intermédio do **Transferegov.br**, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- LI. estar ciente de que a **MANDATÁRIA** está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- LIII. estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- LIV. dar ciência da celebração do Termo de Compromisso ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- LV. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- LVI. disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida com a inserção de link na página oficial do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** que possibilite acesso direto ao **Transferegov.br**;
- LVII. indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;



- LVIII. responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o **RECEBEDOR** e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução ou gestão financeira do termo de compromisso;
- LIX. apresentar, via **Transferegov.br**, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido, sendo permitida, exclusivamente para obras e serviços de engenharia com valores de repasse de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a substituição do Plano de Sustentabilidade por declaração do representante legal do RECEBEDOR;
- LX. observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, e IN MPDG nº 02, 2018 e suas alterações;
- LXI. providenciar a instalação de placa de inauguração e ou de conclusão das obras, garantindo sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.
- LXII. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;
- LXIII. incluir regularmente no **Transferegov.br** as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas e na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, mantendo-o atualizado;
- LXIV. atender ao disposto nas diretrizes programáticas, normas e regramentos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.
- LXV. e que está ciente de que não poderá realizar alteração.

5. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

5.1. Para fins de execução deste Termo de Compromisso, as PARTES obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

5.2. Caso uma das PARTES seja destinatária de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, a Parte notificada deverá, imediatamente, comunicar a outra PARTE.



5.3. Em observância aos preceitos da Lei 13.709, de 2018 (LGPD), os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS (DO VALOR)

6.1. DO ORÇAMENTO

6.1.1. As despesas com a execução do objeto do presente Termo de Compromisso correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos repassadores.

6.1.2. A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Termo de Compromisso mediante Apostilamento.

6.1.3. No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

6.2. DO REPASSADOR

6.2.1. O **REPASSADOR** transferirá ao **RECEBEDOR** e/ou UNIDADE EXECUTORA, o valor de R\$ 12.928.825,30 (doze milhões novecentos e vinte e oito mil oitocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

6.2.2. Os recursos transferidos pelo **REPASSADOR** e os recursos do **RECEBEDOR** destinados ao presente Termo de Compromisso, figurarão no Orçamento do **RECEBEDOR**, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

6.2.3. Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:

- utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
- aportados novos recursos do **RECEBEDOR**; ou
- reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

6.2.4. Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Termo de Compromisso, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

6.3. DA CONTRAPARTIDA

6.3.1. DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

6.3.1.1. O **RECEBEDOR** deverá aportar na conta específica do instrumento, a contrapartida financeira, no valor de R\$ 130.594,19 (cento e trinta mil quinhentos e



noventa e quatro reais e dezenove centavos) em conformidade com o cronograma de desembolso.

6.3.1.2. O **RECEBEDOR** deverá comprovar, previamente à celebração do instrumento e por meio da previsão orçamentária, que a contrapartida proposta está devidamente assegurada.

6.3.1.3. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos **não poderão ser computadas** como contrapartida do **RECEBEDOR**.

7. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

7.2. A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I. Para instrumentos que:

- a) Sejam destinados à execução de obras e serviços de engenharia, com valores de repasse de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e para execução de objetos que não envolvam obras e serviços de engenharia, independente de valor, preferencialmente em parcela única; e
- b) Sejam destinados a execução de obras e serviços de engenharia, com valores de repasse acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), em, no mínimo, 3 (três) parcelas.

II. A liberação da primeira parcela ou parcela única prevista no cronograma de desembolso ficará condicionada à verificação e aceite da realização do processo licitatório pela **MANDATÁRIA**, exceto nas hipóteses de haver a liberação de recursos para:

- a) elaboração e adequação de:
 - a.1) estudos de viabilidade técnica, econômica ou ambiental; e
 - a.2) anteprojetos, projetos básicos ou executivos;
- b) custeio das despesas necessárias à obtenção do licenciamento ambiental; e
- c) aquisição ou desapropriação de imóvel.

III. A liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

7.3. A exigência de execução de 70% (setenta por cento) das parcelas anteriores, para liberação de recursos de parcelas subsequentes, poderá ser excepcionalizada, desde que em benefício da execução do objeto, quando justificada expressamente pelo **RECEBEDOR** e aceita pela **MANDATÁRIA** ou pelo **REPASSADOR**.

7.4. O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.



7.5. Quando necessário, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado pelo **RECEBEDOR** ou pela **MANDATÁRIA**, após à verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia.

8. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8.1. Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

8.2. A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

8.3. Antes da realização de cada pagamento, o **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** incluirá no **Transferegov.br** no mínimo, as seguintes informações:

- a) A destinação do recurso;
- b) O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- c) O contrato a que se refere o pagamento realizado;
- d) A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- e) Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

8.4. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.5. Desde que, justificado pelo **RECEBEDOR**, autorizado pelo **REPASSADOR** ou pela **MANDATÁRIA** e registrado no **Transferegov.br** o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio **RECEBEDOR** ou da **UNIDADE EXECUTORA**, nas hipóteses de:

- a) Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do **Transferegov.br**, excetuando-se falhas de planejamento;
- b) Ressarcimento ao **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

8.6. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

8.7. Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.



8.8. Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto do termo de compromisso, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

8.9. Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o **RECEBEDOR** obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

8.10. É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:

- I. custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
- II. ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo **RECEBEDOR** e autorizado pelo **REPASSADOR** ou pela **MANDATÁRIA**;
- III. reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente;
- IV. atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF.

9. DA EXECUÇÃO

9.1. Os pagamentos realizados pelo **RECEBEDOR** ou **UNIDADE EXECUTORA**, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos **estão condicionados a:**

- a) Inserção do boletim de medição, no **Transferegov.br**, pela empresa contratada para execução do objeto;
- b) Ateste do boletim de medição pelo fiscal do **RECEBEDOR** OU **UNIDADE EXECUTORA**;
- c) Vistorias intermediárias *in loco*, realizadas pela **MANDATÁRIA**, exclusivamente para os pagamentos correspondentes aos percentuais de execução verificados nos marcos abaixo, em consonância com o artigo 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, 2023, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023:
 - I. 2 (duas) vistorias *in loco*, nos instrumentos de nos instrumentos que contemplem execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse superiores a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e inferiores ou iguais a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - II. no mínimo 4 (quatro) vistorias *in loco*, nos instrumentos que contemplem a execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e inferiores ou iguais a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
 - III. no mínimo 7 (sete) vistorias *in loco*, nos instrumentos que contemplem execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse



TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE
AÇÕES RELATIVAS AO NOVO PAC

- superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferiores ou iguais a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); e
- IV. no mínimo 11 (onze) vistorias *in loco*, nos instrumentos que contemplem execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse superiores a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).
- 9.2. A vistoria final *in loco*, realizada pela **MANDATÁRIA**, exclusivamente quando se referir ao pagamento da última medição.
- 9.3. Existência de placa de inauguração das obras, para o pagamento da última medição em conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.
- 9.4. O **RECEBEDOR** deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.
- 9.5. A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 86 Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023.
- 9.6. Cabe ao representante legal do **RECEBEDOR** dar continuidade à execução dos Instrumentos de Repasse firmados pelos seus antecessores.
- 9.7. A utilização de recursos do Termo de Compromisso para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016) e na Lei nº 14.133, de 2021, é permitida somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL – Verificação da Realização do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.
- 9.8. Em casos devidamente justificados pelo **RECEBEDOR** e aceitos pela **MANDATÁRIA** (ou REPASSADOR), poderão ser aceitos, nos termos do art. 14 do Decreto nº 11.855, de 2023, adesão à ata de registro de preços, licitação realizada ou contrato celebrado antes da assinatura do Termo de Compromisso, conforme regulamento, desde que:
- I. estejam vigentes;
 - II. o seu aproveitamento seja economicamente mais vantajoso para a administração, se comparado com a realização de uma nova licitação;
 - III. não haja decisão judicial ou de órgão de controle acerca de descumprimento de regras estabelecidas na legislação específica;
 - IV. os valores estejam compatíveis com o disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou sejam repactuados; e
 - V. o seu objeto seja compatível com o objeto do presente Termo de Compromisso.



10. DA AUTORIZAÇÃO DA OBRA

10.1. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, por meio deste Instrumento, se compromete a iniciar a execução física de obras e serviços de engenharia somente após a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO no [Transferegov.br](#).

10.2. A data da primeira ordem de serviço – OS registrada no [Transferegov.br](#), pelo **RECEBEDOR** ou **UNIDADE EXECUTORA**, caracterizará o início da execução física da obra ou serviço de engenharia.

10.3. Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

11. DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

11.1. O termo de compromisso poderá ser alterado mediante proposta de quaisquer das PARTES, desde que mantenha adequação aos objetivos do programa e às deliberações do Gestor do Programa.

11.2. A alteração contratual referente ao valor do Termo de Compromisso será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

11.3. Nos casos em que é admitida a redução ou exclusão de meta ou etapa, é necessária a solicitação justificada do **RECEBEDOR** e o atendimento das condições abaixo:

- a) não represente prejuízo à funcionalidade do objeto pactuado;
- b) haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;
- c) o **RECEBEDOR** formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização do objeto, quando couber;
- d) o novo Plano de Trabalho seja aprovado pela **MANDATÁRIA** ou **REPASSADOR** contemplando os ajustes propostos.

12. DO ACOMPANHAMENTO/MONITORAMENTO

12.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou



dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da **MANDATÁRIA** ou do **REPASSADOR** por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à **MANDATÁRIA** ou ao **REPASSADOR**.

12.2. No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III. A regularidade das informações registradas pelo **RECEBEDOR** no **Transferegov.br**;
- IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
- V. A conformidade financeira.

12.3. A **MANDATÁRIA** comunicará ao **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

12.4. A **MANDATÁRIA** reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no **Transferegov.br** e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

12.5. O servidor indicado pelo **RECEBEDOR** responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no **Transferegov.br** o relatório de fiscalização referente a cada medição.

12.6. A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à **MANDATÁRIA** em até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.

13.2. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a **MANDATÁRIA** estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.



13.3. Caso o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a **MANDATÁRIA** registrará a inadimplência no **Transferegov.br** por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

13.4. Cabe ao representante legal do **RECEBEDOR** prestar contas dos recursos provenientes dos Instrumentos de repasse firmados pelos seus antecessores.

13.5. Na impossibilidade de atender ao disposto no item 12.4, o **RECEBEDOR** deve apresentar à **MANDATÁRIA** e inserir no **Transferegov.br** documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

13.6. Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

13.7. Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à **MANDATÁRIA**, para análise e manifestação do **REPASSADOR**.

13.8. O **RECEBEDOR** deverá manter os documentos relacionados ao Termo de Compromisso pelo prazo de 5(cinco) anos, contados da data de aprovação, pela **MANDATÁRIA**, da prestação de contas final.

14. DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

14.1. Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Compromisso, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à **UNIÃO**, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela **MANDATÁRIA** na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

14.2. Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 14.1, a **MANDATÁRIA** solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

14.3. Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;



- d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.9;
- f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do instrumento celebrado.

14.4. Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Termo de Compromisso, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

14.5. Nos casos de **conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual** em que o objeto for executado parcialmente, o **RECEBEDOR** deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

14.6. Para aplicação do item 14.5., a funcionalidade da parte executada será verificada pela **MANDATÁRIA**.

14.7. Vencidos os prazos de devolução descritos no item 14.4., os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

14.8. Na hipótese prevista no item 14.3, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

14.9. Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

15. DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

15.1. Nas hipóteses previstas nos arts. 104 e 105 da Portaria Conjunta MGI/MG/CGU nº 33, de 2023, será instaurada Tomada de Contas Especial (TCE), além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia



do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

16. DA AUDITORIA

16.1. Os **serviços de auditoria serão realizados** pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do **RECEBEDOR** e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 1986.

16.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o **RECEBEDOR** deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

17. DOS BENS REMANESCENTES

17.1. Os bens remanescentes decorrentes do Termo de Compromisso serão de propriedade do **RECEBEDOR** e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

18. DAS PRERROGATIVAS

18.1. O **Gestor do Programa** é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à **MANDATÁRIA** o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

18.2. Sempre que julgar conveniente, o **REPASSADOR/Gestor do Programa** poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Termo de Compromisso, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

18.3. É prerrogativa do **REPASSADOR/Gestor do Programa** e da **MANDATÁRIA**, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Termo de Compromisso, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

19. DAS VEDAÇÕES

19.1. Ao **RECEBEDOR** é vedado:

- I. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- II. alterar o objeto do Termo de Compromisso, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da



fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pela **MANDATÁRIA**;

- III. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- IV. reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia previamente aceitos pela **MANDATÁRIA**, exceto para ampliação do objeto pactuado, redução ou exclusão de metas ou etapas, desde que não cause prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, inclusive para os casos de contratação semi-integrada;
- V. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VI. pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos participes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- VII. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.
- VIII. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- IX. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- X. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XI. realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
- XII. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- XIII. computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
- XIV. alterar o valor da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- XV. adotar o regime de execução direta;
- XVI. celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais.



20. DOS DOCUMENTOS E CONTABILIZAÇÕES

20.1. Obriga-se o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos do **REPASSADOR**, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Termo de Compromisso e a especificação da despesa.

20.2. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Termo de Compromisso.

20.3. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à **MANDATÁRIA** sempre que solicitado.

21. DO RECOLHIMENTOS DAS TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

21.1. Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário – Obras e Serviço de Engenharia			
	VR inferior a R\$ 1.500.000	VR entre R\$ 1.500.000 e até R\$ 5.000.000	VR entre R\$ 5.000.000 e até R\$ 20.000.000	VR acima de R\$ 20.000.000
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 3.000,00	R\$ 9.200,00	R\$ 12.100,00	R\$ 33.500,00
Manutenção de Termo de Compromisso, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R\$ 4.500,00	R\$ 8.300,00	R\$ 13.000,00	R\$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.200,00	R\$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R\$ 5.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 10.600,00	R\$ 10.600,00



Descrição	Custo Unitário – Obras e Serviço de Engenharia			
	VR inferior a R\$ 1.500.000	VR entre R\$ 1.500.000 e até R\$ 5.000.000	VR entre R\$ 5.000.000 e até R\$ 20.000.000	VR acima de R\$ 20.000.000
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00	R\$ 12.600,00	R\$ 12.600,00
Alteração de escopo	R\$ 9.000,00	R\$ 14.900,00	R\$ 25.700,00	R\$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário – Demais Objetos	
	Valor de Repasse inferior a R\$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R\$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 1.300,00	R\$ 4.000,00
Manutenção de Termo de Compromisso, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 900,00	R\$ 1.700,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
Alteração de escopo	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

21.2. Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do Transferegov.br.

21.3. O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à **MANDATÁRIA** previamente à realização do serviço.

22. DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU EXTINÇÃO

22.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser:

- a) **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, vedada qualquer cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;
- b) **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - I. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;



- II. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- III. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- c) **extinto**, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.
- 22.2. A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Termo de Compromisso fica automaticamente extinto.
- 22.3. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o **RECEBEDOR** deverá:
- I. devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e
 - II. apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.
- 22.4. A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela **MANDATÁRIA** no **Transferegov.br** e publicada no Diário Oficial da União.
- 22.5. Os prazos de que trata o item 22.3. deverão ser contados a partir do registro no **Transferegov.br**.
- 22.6. O não cumprimento das disposições de que trata o item 22.3. no prazo previsto ensejará instauração de TCE.
- 22.7. Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, a **MANDATÁRIA** ou o **REPASSADOR** deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no **Transferegov.br**, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

23. DA PUBLICIDADE

23.1. A **MANDATÁRIA** deverá publicar no Diário Oficial da União (DOU), o extrato do Termo de Compromisso, e respectivas alterações, quando houver, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de sua assinatura.

23.2. As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas informações referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

23.3. DA IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS E AÇÕES PROMOCIONAIS

23.3.1. É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela **MANDATÁRIA** e pelo **REPASSADOR**, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da **MANDATÁRIA** para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos



recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

23.3.2. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Termo de Compromisso será obrigatoriamente destacada a participação do **REPASSADOR**, da **MANDATÁRIA**, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 1997.

24. DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

24.1. Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Termo de Compromisso deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

24.2. As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Termo de Compromisso serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no **Transferegov.br** ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento para o endereço:

Endereço para entrega de correspondências ao RECEBEDOR: Avenida Afonso Pena, 3370, Centro - CEP 76952-000 - Alto Alegre do Parecis - RO.

Endereço para entrega de correspondências à MANDATÁRIA: Av. Carlos Gomes, 660, 3º Andar, Caiari.

Endereço eletrônico do RECEBEDOR: denairpedro2020@gmail.com; convenios@altoalegre.ro.gov.br; conveniosaltoalegre@gmail.com.

Endereço eletrônico da MANDATÁRIA: gigovpv@caixa.gov.br.

25. DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

25.1. A existência de restrição do **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Termo de Compromisso, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

25.2. Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Termo de Compromisso, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente instrumento e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

26. DA VIGÊNCIA

26.1. A vigência do presente Termo de Compromisso é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação



devidamente fundamentada do **RECEBEDOR**, apresentada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término, e com aprovação da **MANDATÁRIA**.

26.2. A **prorrogação de prazo de vigência**, de que trata o item anterior, 26.1, poderá se dar nos termos do art. 35, inciso VII, § 4º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e suas alterações, ou normas complementares que venham disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023.

26.3. A **MANDATÁRIA, prorrogará “de ofício”** a vigência deste Termo de Compromisso, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 35, XXIV, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e dará ciência ao **REPASSADOR**.

27. DAS CONDIÇÕES GERAIS

27.1. É livre o acesso dos servidores do **REPASSADOR** e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da **MANDATÁRIA**, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

27.2. As disposições firmadas no presente instrumento poderão ensejar alterações que advierem por meio da edição de normas complementares necessárias à operacionalização dos Termo de Compromisso, de que trata o art. 11 do Decreto nº 11.855, de 2023.

27.3. A aplicação de normas supervenientes, de que trata o item anterior, 27.1., será automática, e as alterações que sobrevierem, necessárias ao presente Termo de Compromisso, deverão ser registradas por apostilamento no prazo de 30 (trinta) dias.

27.4. É livre o acesso dos servidores do **REPASSADOR** e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da **MANDATÁRIA**, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

28. DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

28.1. Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente Termo de Compromisso, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea “b” do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

28.2. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.





TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO NOVO PAC

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

ROSANE GOMES
FERREIRA:71235
922200

Assinado de forma digital
por ROSANE GOMES
FERREIRA:71235922200
Dados: 2024.07.04
14:30:10 -04'00'

PLINIO MENDONCA
ALEXANDRINO:8594
1700253

Assinado de forma digital por
PLINIO MENDONCA
ALEXANDRINO:85941700253
Dados: 2024.07.04 14:46:45 -04'00'

DENAIR PEDRO DA
SILVA:8159267126
8

Assinado de forma digital por
DENAIR PEDRO DA
SILVA:81592671268
Dados: 2024.07.04 11:06:29
-04'00'

Assinatura da **MANDATÁRIA**
Nome: ROSANE GOMES FERREIRA
Matrícula Funcional nº: c092639-3

Assinatura do **RECEBEDOR**
Nome: DENAIR PEDRO DA SILVA
Matrícula Funcional nº: 2115

Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Contrato em Conformidade)
Nome: PLINIO MENDONÇA ALEXANDRINO
Matrícula Funcional nº: c108469-0





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **FABIANE GRISOSTE DA CRUZ, CPF: 994.62*.*2-*7** em **16/01/2026 16:31:25**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1683.6H31.6256.815Z.1624**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.F74.80C** - Tipo de Documento: **TERMO DE CONVÊNIO**.



Elaborado por **FABIANE GRISOSTE DA CRUZ, CPF: 994.62*.*2-*7**, em **16/01/2026 - 16:31:25**

Código de Autenticidade deste Documento: 1665.4A31.325V.3884.8442

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





Nº / ANO DA PROPOSTA:

004094/2024

NÚMERO DA PROPOSTA NOVO PAC - SELEÇÃO:

26298003507/2023

OBJETO:

Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:

O objetivo é a construção de Escola - Tempo Integral (Ensino Fundamental), projeto próprio, avançando no cumprimento das metas do PNE/PME. Com a nova escola será possível o reordenamento de 734 alunos das Escola Educandário Paulo Freire e Severino Batista, dos Bairros Centro, Jardim América, Boa Vista e Jardim das Palmeiras. Através do Novo PAC reafirmamos o compromisso com a Educação em Tempo Integral e a Alfabetização na Idade Certa, com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

Com a instituição do ensino integral visamos oportunizar o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser. Com os quatro pilares da educação difundidos poderemos garantir a funcionalidade de uma educação com qualidade em sintonia com as diretrizes do programa do PAC e das ações programadas com as propostas de melhorias das políticas-pedagógicas nacionais.

PÚBLICO ALVO:

A construção da nova escola em tempo integral irá beneficiar 734 alunos, reordenados das Escola Educandário Paulo Freire e Severino Batista, das séries iniciais (1^a a 4^a ano) a séries finais (5^º a 9^º ano), em turno integral, conforme o planejamento escolar da SEMEC e PME do Município. O terreno escolhido para a nova escola está na sede do Município na Avenida Papa Pio XII com Avenida Presidente Médici S/N no Bairro Boa Vista.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:

Alto Alegre não tem escola com estrutura adequada, com as unidades existentes e precárias, algumas crianças e adolescentes ficam desassistidos, prejudicando a qualidade do ensino, prejudica a frequência na escola, o intuito do projeto é poder melhorar as condições de acesso à escola, melhorando a infraestrutura para que possamos reordenar os 734 alunos da Escola Educandário Paulo Freire e Severino Batista [dados da escrituração municipal] e ainda poder ofertar a ampliação de vagas.

RESULTADOS ESPERADOS:

Com a construção da nova escola em tempo integral, almejamos solucionar a problemática de falta de infraestrutura educacional, garantir o ensino integral as crianças e adolescentes no Município do ensino fundamental, trazer mais conforto e comodidade aos educandos, elevar os índices do IDEB e principalmente melhorar a qualidade do ensino na rede municipal de educação.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE: 26298	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
CPF DO RESPONSÁVEL: 766.618.903-63	NOME DO RESPONSÁVEL: FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAYBA
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: SBS, Quadra 02, Bloco "F" - Brasília/DF	CEP DO RESPONSÁVEL: 70070-929



2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 84.744.994/0001-40					
RAZÃO SOCIAL DO PROponente: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROponente: AVENIDA AFONSO PENA, S/N					
CIDADE: ALTO ALEGRE DOS PARECIS	UF: RO	CÓDIGO MUNICÍPIO: 0002	CEP: 78994800	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/TELEFONE: 6936431104
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	AGÊNCIA: 3432-0	CONTa CORRENTE: 5741798795			
CPF DO RESPONSÁVEL: 815.926.712-68	NOME DO RESPONSÁVEL: DENAIR PEDRO DA SILVA				CEP DO RESPONSÁVEL: 76952000
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: OUTROS OTR LINHA P 48 KM 5, SN, CHACARA BOA ESPERANCA - ZONA RURAL					



4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R\$ 13.059.419,49	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 130.594,19	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2024	R\$ 12.928.825,30
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 130.594,19	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	04/07/2024	
FIM DE VIGÊNCIA:	04/07/2027	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2027	



5 - CADASTRO DE OBRA

IDENTIFICADOR DA OBRA:

37722.11-89

NOME DO PROJETO:

Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).

NATUREZA DA INTERVENÇÃO:

Obra

ESPÉCIE DA INTERVENÇÃO:

Construção

EIXO:

Social

TIPO:

Educação

SUBTIPO:

Educação

Geometrias

Latitude:	-12.13010	Longitude:	-61.85192
Listagem das Justificativas			
Tipo da Justificativa	Justificativa		

Faixa de Fronteira O Município de Alto Alegre dos Parecis-RO, encontra-se em faixa de Fronteira.

ESTE PROJETO DE INVESTIMENTO TEM ESTUDO DE VIABILIDADE? Sim**ESTUDO DE VIABILIDADE:**

Outros

ESPECIFICAÇÃO OUTROS:

Estudo de Demanda

POSSIU PLANO NACIONAL DE POLÍTICA? Sim**PLANO NACIONAL DE POLÍTICA VINCULADO:**

Plano Nacional de Educação

HÁ PLANO DE POLÍTICA VINCULADO? Sim**TIPO DE VÍNCULOS PPA:** Municipal**JUSTIFICATIVA DA VINCULAÇÃO:**

Plano Municipal de Educação

QUANTIDADE DE EMPREGOS GERADOS: 18**POPULAÇÃO BENEFICIADA:** 11479**DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA:**

População na faixa etária de classe média e baixa, conforme comprvação do IDHM 0.592 [IBGE-2012];

A OBRA FOI MODELADA EM BIM? Não

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).					
Unidade de Medida: UN	Quantidade: 1.0	Valor:	R\$ 13.059.419,49		
Início Previsto: 04/07/2024	Término Previsto: 04/07/2027	Valor Global:	R\$ 13.059.419,49		
UF: RO	Município: 0002 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS		CEP: 76952-000		
Endereço: Av. Presidente Médici com Avenida Costa e Silva - Bairro Bela Vista - Alto Alegre dos Parecis-RO.					
Etapa/Fase nº: 1					
Especificação: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).					
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 13.059.419,49	Início Previsto: 04/07/2024	Término Previsto: 04/07/2027		

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.939.323,80
MÊS DESEMBOLSO: Julho	
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.939.323,80
MÊS DESEMBOLSO: Agosto	
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.939.323,80
MÊS DESEMBOLSO: Setembro	
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.939.323,80
MÊS DESEMBOLSO: Dezembro	
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.939.323,80
MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.939.323,80
Descrição: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.939.323,80



MÊS DESEMBOLSO: Abril	ANO: 2026
META N°: 1	VALOR DA META: R\$ 1.292.882,50
DESCRIÇÃO: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.292.882,50

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro	ANO: 2024
META N°: 1	VALOR DA META: R\$ 130.594,19
DESCRIÇÃO: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 130.594,19



9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

Descrição do Bem/Serviço: Construção da Escola Francisco Pinheiro da Silva em Alto Alegre dos Parecis-RO (Tipologia Projeto Próprio - Escola Tempo Integral).	
Natureza da Aquisição: Recursos do Instrumento	Natureza da Despesa: 449051
Endereço de Localização: Avenida Presidente Médici, com a Avenida Costa e Silva - Bairro Bela Vista	
CEP: 76952-000	UF: RO
Município: 0002 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS	
Unidade: UN	Quantidade: 1,00
V. Unitário:	R\$ V.Total: R\$
Observação:	

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

Natureza da Despesa				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449051	R\$ 13.059.419,49	R\$ 13.059.419,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:		R\$ 13.059.419,49		



11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

13 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:

Declaração de Capacidade Técnico Gerencial Ajustada.pdf

Comprovação da Contrapartida**Nome do Arquivo:**

Declaração de Contrapartida Ajustada.pdf

Documentos Digitalizados do Instrumento**Nome do Arquivo:**

Carta Reversal 002 2025.pdf

Termo de Apostilamento ao TC 962.600 PM Alto Alegre dos Parecis.zip

Publicado DOU 05.07.2024.pdf

PM Alto Alegre do Parecis - 962600 - Termo de Compromisso Novo PAC (2).zip



12/01/2026, 12:50

29:58

Transferegov



Usuário: FABIANE GRISOSTE DA CRUZ
CPF: 994.624.782-87

Acesso à Informação

Sair do Sistema

12/01/2026 13:20 - v.3.10.14-b24766721

Cadastramento	Programas	Propostas
Execução	Inf. Gerenciais	Cadastros
Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas	Administração
TCE	Verificação de Regularidade	

Projeto Básico / Termo de Referência

26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

Instrumento 962600

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

[Voltar](#)

84.744.994/0001-40 - MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Versão: 11

[Dados Básicos](#) [Anexos](#) [Responsável Técnico](#) [Documentação Complementar](#) [QCI](#) [PO/CFF](#)
[LAE](#) [SPA](#) [Quadro Resumo](#)

Descrição	Tipo	Data de Envio	Enviado por	Perfil	Nome do arquivo	Ações
Parecer Técnico 87/2025	Documento Quadro Resumo	10/03/2025	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 87_2025 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	
PARECER DE ÁREA ASSINADO	Documento Quadro Resumo	06/03/2025	ALEXANDRA GONCALVES DE OLIVEIRA	Mandatária	CR 962600 - Parecer de Area (1).pdf	
Parecer Técnico 52/2025	Documento Quadro Resumo	11/02/2025	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 52_2025 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	
Parecer Técnico 622/2024	Documento Quadro Resumo	30/12/2024	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 622_2024 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	
Parecer Técnico 545/2024	Documento Quadro Resumo	14/11/2024	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 545_2024 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	

Histórico de Comunicações

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
10/12/2025 09:05:06	Conclusão automática da SPA pelo Sistema	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		SPA Concluída Automaticamente pelo Sistema
10/12/2025 09:05:00	Aceite realizado pela Mandatária/Concedente	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		Aceito / Fase de Análise
09/12/2025 12:03:28	Emitido Laudo de Análise do Empreendimento	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Viável	Em Análise
09/12/2025 11:49:53	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise

<https://mandatarias.transferegov.sistema.gov.br/projeto-basico/private/index.jsf?idProposta=1969771>


12/01/2026, 12:50

Transferegov

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
28/11/2025 11:34:27	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
28/11/2025 11:32:58	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
19/11/2025 12:10:10	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	A memória de cálculo solicitada anteriormente deve demonstrar, separadamente, quais foram as variações percentuais sobre a planilha de referência devidas às adequações em projeto e à alteração de data-base.	Solicitada Complementação
19/11/2025 12:03:48	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
07/11/2025 11:01:37	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
05/11/2025 10:06:13	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
08/10/2025 16:06:31	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Para continuidade da análise, atender aos seguintes apontamentos: - Apresentar memória de cálculo dos percentuais de variação devidos pelas adequações da planilha orçamentária e pela atualização da data-base; - Subdividir o serviço de Administração local da obra de forma que sua evolução se dê proporcionalmente à evolução da obra; Ademais, cabe-nos frisar: o prazo para apresentação do boletim de sondagem e de sua respectiva ART/RRT é até a apresentação da documentação licitatória e não durante a execução da obra como indicado em declaração.	Solicitada Complementação
08/10/2025 15:42:57	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
23/09/2025 12:22:28	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
23/09/2025 12:22:27	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
25/08/2025 12:06:21	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
18/07/2025 12:51:53	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Para continuidade da análise, atentar aos seguintes pontos: - O novo valor do serviço Administração Local está fora dos limites estabelecidos pelo Acórdão TCU 2622/2013. Sendo assim, deverá ser apresentado relatório, elaborado pelo responsável técnico pelo orçamento, justificando de forma consubstanciada a nova composição de custos e sua adequação à obra. A justificativa apresentada, de adequação financeira, não é justificativa válida para a alteração;	Solicitada Complementação

<https://mandatarias.transferegov.sistema.gov.br/projeto-basico/private/index.jsf?idProposta=1969771>

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
			<p>- A placa de obra removida da planilha, na verdade, é referente à placa de inauguração da obra e deve ser mantida;</p> <p>- A remoção dos itens 6.5.1, 23.11, 23.12 e 23.13 descharacteriza a planilha e projeto originais e, portanto, deve ser revertida;</p> <p>- Lembramos que, apesar de ter transcorrido tempos suficiente para sua elaboração, ainda está pendente a apresentação do boletim de sondagem do solo local, que, junto da elaboração de um projeto de fundações adequado, poderia reduzir o custo final da obra.</p>	
18/07/2025 11:57:21	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
10/07/2025 18:56:31	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
10/07/2025 18:56:31	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
10/07/2025 12:48:56	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
10/07/2025 12:11:59	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	924.146.483-68 INACIO MONTEIRO DA SILVA	Solicitamos atualização da documentação técnica relativa ao projeto básico de engenharia, em virtude de reprogramação contratual aceita para adequação do projeto e orçamento.	Solicitada Complementação
10/07/2025 12:11:10	Cancelamento de Emissão de Laudo de Análise de Empreendimento	924.146.483-68 INACIO MONTEIRO DA SILVA	Cancelamento de Emissão de Laudo para retificação de informações.	Em Análise
10/07/2025 12:09:42	Cancelado o aceite e a Homologação da SPA	924.146.483-68 INACIO MONTEIRO DA SILVA	SPA cancelada em virtude de reprogramação contratual aceita para adequação do projeto e orçamento.	Em Análise
22/04/2025 18:22:42	Conclusão automática da SPA pelo Sistema	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		SPA Concluída Automaticamente pelo Sistema
22/04/2025 18:22:40	Aceite realizado pela Mandatária/Concedente	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		Aceito / Fase de Análise
22/04/2025 18:15:12	Emitido Laudo de Análise do Empreendimento	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Viável	Em Análise
17/04/2025 18:32:09	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
17/04/2025 16:35:44	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO	Obs: Não foi possível adicionar os arquitetos do FNDE como responsáveis técnicos devido à ausência dos respectivos CPF.	Enviada para Análise
17/04/2025 15:46:48	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em complementação"	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
16/04/2025 19:00:22	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
16/04/2025 12:46:57	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em complementação"	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação



12/01/2026, 12:50

Transferegov

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
15/04/2025 22:16:40	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
11/04/2025 11:04:59	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
08/04/2025 12:22:09	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar, devidamente registrada(s), a(s) ART/RRT do(s) responsável(is) técnico(s) pelos projetos de implantação, fundações, adequação dos projetos padrões e elaboração da planilha orçamentária; - Encaminhar também as ART/RRT dos responsáveis pela autoria dos projetos padronizados, lembrando-se que não cabe ao município a autoria destes projetos; - O valor total da planilha orçamentária incluída na aba PO/CFF na plataforma Transfere.gov está incompatível com o valor da planilha anexada em formato excel; e ambos os valores estão incompatíveis com o valor indicado no QCI. Favor adequar; - Foi previsto prazo de execução da obra de 21 meses. No entanto, serviços como Administração Local e Locação de Containers foram orçados para apenas 14 meses. Compatibilizar, por gentileza; 	Solicitada Complementação
07/04/2025 11:29:41	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
29/03/2025 10:43:19	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
13/03/2025 15:02:57	Em Complementação pelo Proponente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Complementação
10/03/2025 20:26:46	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Proceder com as complementações segundo parecer anexo.	Solicitada Complementação
06/03/2025 10:06:48	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	728.224.222-49 ALEXSANDRA GONCALVES DE OLIVEIRA		Em Análise
28/02/2025 19:27:35	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
28/02/2025 19:27:35	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
13/02/2025 10:36:49	Em Complementação pelo Proponente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Complementação
11/02/2025 17:52:45	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Solicitamos as leitura do parecer anexo e atendimento a todos os apontamentos elencados para continuidade da análise.	Solicitada Complementação
11/02/2025 17:51:44	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
11/02/2025 13:09:47	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	994.624.782-87 FABIANE		Enviada para Análise

<https://mandatarias.transferegov.sistema.gov.br/projeto-basico/private/index.jsf?idProposta=1969771>

12/01/2026, 12:50

Transferegov

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
		GRISOSTE DA CRUZ		
11/02/2025 13:09:47	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO)	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Enviada para Análise
11/02/2025 13:08:53	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em elaboração"	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Elaboração
07/02/2025 12:23:51	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
07/02/2025 12:23:51	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO)	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
09/01/2025 10:46:34	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
30/12/2024 17:08:41	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Solicitamos a leitura do parecer anexo e o atendimento aos apontamentos nele contidos para a continuidade da análise.	Solicitada Complementação
30/12/2024 15:56:57	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
23/12/2024 11:09:24	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
23/12/2024 11:09:24	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO)	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
06/12/2024 10:02:13	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em elaboração"	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Elaboração
05/12/2024 17:11:43	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ	Retorno para ajuste das peças técnicas.	Enviada para Análise
05/12/2024 17:11:43	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO)	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Enviada para Análise
05/12/2024 17:11:12	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em elaboração"	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Elaboração
02/12/2024 15:28:42	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
02/12/2024 15:28:41	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO)	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
19/11/2024 18:05:15	Em Complementação pelo Proponente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Complementação
14/11/2024 11:47:46	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Verifica o parecer anexo e proceder com as complementações solicitadas.	Solicitada Complementação

<https://mandatarias.transferegov.sistema.gov.br/projeto-basico/private/index.jsf?idProposta=1969771>

12/01/2026, 12:50

Transferegov

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
14/11/2024 11:47:06	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
07/11/2024 10:26:11	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
07/11/2024 10:26:11	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise

Histórico de Integração

Data/Hora	Sistema Externo	Evento	Responsável	Result	Mensagem de Retorno	Ações
Nenhum registro encontrado.						

1 de 1



5



29:58



Usuário: FABIANE GRISOSTE DA CRUZ
CPF: 994.624.782-87

Acesso à Informação

Sair do Sistema

12/01/2026 13:20 - v.3.10.14-b24766721

Cadastramento	Programas	Propostas
Execução	Inf. Gerenciais	Cadastros
Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas	Administração
TCE	Verificação de Regularidade	

Projeto Básico / Termo de Referência

26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

Instrumento 962600

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

[Voltar](#)

84.744.994/0001-40 - MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Versão: 11

[Dados Básicos](#) [Anexos](#) [Responsável Técnico](#) [Documentação Complementar](#) [QCI](#) [PO/CFF](#)
[LAE](#) [SPA](#) [Quadro Resumo](#)

Descrição	Tipo	Data de Envio	Enviado por	Perfil	Nome do arquivo	Ações
Parecer Técnico 87/2025	Documento Quadro Resumo	10/03/2025	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 87_2025 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	
PARECER DE ÁREA ASSINADO	Documento Quadro Resumo	06/03/2025	ALEXSANDRA GONCALVES DE OLIVEIRA	Mandatária	CR 962600 - Parecer de Area (1).pdf	
Parecer Técnico 52/2025	Documento Quadro Resumo	11/02/2025	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 52_2025 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	
Parecer Técnico 622/2024	Documento Quadro Resumo	30/12/2024	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 622_2024 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	
Parecer Técnico 545/2024	Documento Quadro Resumo	14/11/2024	VITOR HUGO PIANA SERPA	Mandatária	PA 545_2024 - PM Alto Alegre do Parecis - 1095376-62 - Parecer Tecnico de Pendencias.pdf	

Histórico de Comunicações

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
10/12/2025 09:05:06	Conclusão automática da SPA pelo Sistema	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		SPA Concluída Automaticamente pelo Sistema
10/12/2025 09:05:00	Aceite realizado pela Mandatária/Concedente	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		Aceito / Fase de Análise
09/12/2025 12:03:28	Emitido Laudo de Análise do Empreendimento	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Viável	Em Análise
09/12/2025 11:49:53	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
28/11/2025 11:34:27	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
28/11/2025 11:32:58	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
19/11/2025 12:10:10	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	A memória de cálculo solicitada anteriormente deve demonstrar, separadamente, quais foram as variações percentuais sobre a planilha de referência devidas às adequações em projeto e à alteração de data-base.	Solicitada Complementação
19/11/2025 12:03:48	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
07/11/2025 11:01:37	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
05/11/2025 10:06:13	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
08/10/2025 16:06:31	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	<p>Para continuidade da análise, atender aos seguintes apontamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar memória de cálculo dos percentuais de variação devidos pelas adequações da planilha orçamentária e pela atualização da data-base; - Subdividir o serviço de Administração local da obra de forma que sua evolução se dê proporcionalmente à evolução da obra; <p>Ademais, cabe-nos frisar: o prazo para apresentação do boletim de sondagem e de sua respectiva ART/RRT é até a apresentação da documentação licitatória e não durante a execução da obra como indicado em declaração.</p>	Solicitada Complementação
08/10/2025 15:42:57	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
23/09/2025 12:22:28	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
23/09/2025 12:22:27	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
25/08/2025 12:06:21	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
18/07/2025 12:51:53	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	<p>Para continuidade da análise, atentar aos seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O novo valor do serviço Administração Local está fora dos limites estabelecidos pelo Acórdão TCU 2622/2013. Sendo assim, deverá ser apresentado relatório, elaborado pelo responsável técnico pelo orçamento, justificando de forma consubstanciada a nova composição de custos e sua adequação à obra. A justificativa apresentada, de adequação financeira, não é justificativa válida para a alteração; 	Solicitada Complementação

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
			<ul style="list-style-type: none"> - A placa de obra removida da planilha, na verdade, é referente à placa de inauguração da obra e deve ser mantida; - A remoção dos itens 6.5.1, 23.11, 23.12 e 23.13 descaracteriza a planilha e projeto originais e, portanto, deve ser revertida; - Lembramos que, apesar de ter transcorrido tempos suficiente para sua elaboração, ainda está pendente a apresentação do boletim de sondagem do solo local, que, junto da elaboração de um projeto de fundações adequado, poderia reduzir o custo final da obra. 	
18/07/2025 11:57:21	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
10/07/2025 18:56:31	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
10/07/2025 18:56:31	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
10/07/2025 12:48:56	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
10/07/2025 12:11:59	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	924.146.483-68 INACIO MONTEIRO DA SILVA	Solicitamos atualização da documentação técnica relativa ao projeto básico de engenharia, em virtude de reprogramação contratual aceita para adequação do projeto e orçamento.	Solicitada Complementação
10/07/2025 12:11:10	Cancelamento de Emissão de Laudo de Análise de Empreendimento	924.146.483-68 INACIO MONTEIRO DA SILVA	Cancelamento de Emissão de Laudo para retificação de informações.	Em Análise
10/07/2025 12:09:42	Cancelado o aceite e a Homologação da SPA	924.146.483-68 INACIO MONTEIRO DA SILVA	SPA cancelada em virtude de reprogramação contratual aceita para adequação do projeto e orçamento.	Em Análise
22/04/2025 18:22:42	Conclusão automática da SPA pelo Sistema	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		SPA Concluída Automaticamente pelo Sistema
22/04/2025 18:22:40	Aceite realizado pela Mandatária/Concedente	596.437.062-49 FRANKLIN OLIVEIRA BRITO		Aceito / Fase de Análise
22/04/2025 18:15:12	Emitido Laudo de Análise do Empreendimento	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Viável	Em Análise
17/04/2025 18:32:09	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
17/04/2025 16:35:44	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO	Obs: Não foi possível adicionar os arquitetos do FNDE como responsáveis técnicos devido à ausência dos respectivos CPF.	Enviada para Análise
17/04/2025 15:46:48	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em complementação"	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
16/04/2025 19:00:22	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
16/04/2025 12:46:57	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em complementação"	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
15/04/2025 22:16:40	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
11/04/2025 11:04:59	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
08/04/2025 12:22:09	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	- Encaminhar, devidamente registrada(s), a(s) ART/RRT do(s) responsável(is) técnico(s) pelos projetos de implantação, fundações, adequação dos projetos padrões e elaboração da planilha orçamentária; - Encaminhar também as ART/RRT dos responsáveis pela autoria dos projetos padronizados, lembrando-se que não cabe ao município a autoria destes projetos; - O valor total da planilha orçamentária incluída na aba PO/CFF na plataforma Transfere.gov está incompatível com o valor da planilha anexada em formato excel; e ambos os valores estão incompatíveis com o valor indicado no QCI. Favor adequar; - Foi previsto prazo de execução da obra de 21 meses. No entanto, serviços como Administração Local e Locação de Containers foram orçados para apenas 14 meses. Compatibilizar, por gentileza;	Solicitada Complementação
07/04/2025 11:29:41	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
29/03/2025 10:43:19	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
13/03/2025 15:02:57	Em Complementação pelo Proponente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Complementação
10/03/2025 20:26:46	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Proceder com as complementações segundo parecer anexo.	Solicitada Complementação
06/03/2025 10:06:48	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	728.224.222-49 ALEXSANDRA GONCALVES DE OLIVEIRA		Em Análise
28/02/2025 19:27:35	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
28/02/2025 19:27:35	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
13/02/2025 10:36:49	Em Complementação pelo Proponente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Complementação
11/02/2025 17:52:45	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Solicitamos as leitura do parecer anexo e atendimento a todos os apontamentos elencados para continuidade da análise.	Solicitada Complementação
11/02/2025 17:51:44	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
11/02/2025 13:09:47	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	994.624.782-87 FABIANE		Enviada para Análise

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
		GRISOSTE DA CRUZ		
11/02/2025 13:09:47	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Enviada para Análise
11/02/2025 13:08:53	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em elaboração"	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Elaboração
07/02/2025 12:23:51	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
07/02/2025 12:23:51	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
09/01/2025 10:46:34	Em Complementação pelo Proponente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Em Complementação
30/12/2024 17:08:41	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Solicitamos a leitura do parecer anexo e o atendimento aos apontamentos nele contidos para a continuidade da análise.	Solicitada Complementação
30/12/2024 15:56:57	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
23/12/2024 11:09:24	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
23/12/2024 11:09:24	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
06/12/2024 10:02:13	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em elaboração"	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Elaboração
05/12/2024 17:11:43	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ	Retorno para ajuste das peças técnicas.	Enviada para Análise
05/12/2024 17:11:43	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Enviada para Análise
05/12/2024 17:11:12	Envio da documentação orçamentária para análise foi cancelado. Situação retornada para "em elaboração"	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Elaboração
02/12/2024 15:28:42	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
02/12/2024 15:28:41	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
19/11/2024 18:05:15	Em Complementação pelo Proponente	994.624.782-87 FABIANE GRISOSTE DA CRUZ		Em Complementação
14/11/2024 11:47:46	Solicitação de Complementação pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA	Verifica o parecer anexo e proceder com as complementações solicitadas.	Solicitada Complementação

Data/Hora	Evento	Responsável	Considerações	Situação
14/11/2024 11:47:06	Análise iniciada pela Mandatária/Concedente	838.305.882-91 VITOR HUGO PIANA SERPA		Em Análise
07/11/2024 10:26:11	Enviado para Análise da Mandatária/Concedente	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise
07/11/2024 10:26:11	Gerado relatório de inconsistências do Sistema de Análise de Orçamento (SAO) 	012.803.342-82 AMANDA NOVAIS LOREDO DE MELO		Enviada para Análise

Histórico de Integração

Data/Hora	Sistema Externo	Evento	Responsável	Result	Mensagem de Retorno	Ações
Nenhum registro encontrado.						
1 de 1 5 						